

SUPERINTENDENCIA REG.DEP.POLICIA FEDERAL- SE

Estudo Técnico Preliminar 41/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 08520.003254/2025-89

2. Descrição da necessidade

2. Descrição da Necessidade

A Superintendência Regional da Polícia Federal em Sergipe (SR/PF/SE) possui demanda contínua, permanente e ininterrupta por serviços de limpeza, conservação e higienização, necessários para assegurar condições adequadas de salubridade, segurança institucional e funcionamento regular das atividades administrativas, operacionais e de atendimento ao público. O diagnóstico interno evidencia um conjunto de fatores que reforçam a imprescindibilidade da contratação.

2.1 Diagnóstico quantitativo e qualitativo da situação atual

O quadro atual apresenta **insuficiência operacional** decorrente de três vetores principais:

a) Ampliação da área construída a ser atendida

Com a mudança para a nova sede, localizada na Avenida Chanceler Osvaldo Aranha, n. 1.119 - Bairro Novo Paraíso – Aracaju/SE, houve incremento aproximado de 50% **da área útil**, abrangendo novos ambientes administrativos, áreas de custódia, áreas técnicas, estacionamentos, banheiros adicionais e espaços de circulação. Esse aumento impacta diretamente a necessidade de equipes maiores e maior frequência de limpeza, pois amplia tanto a superfície tratável quanto o fluxo diário de servidores e usuários.

b) Limitações estruturais de pessoal próprio

O serviço de limpeza não integra o escopo das atribuições dos cargos efetivos da Polícia Federal, configurando atividade **materialmente acessória e instrumental**, que deve ser executada de forma indireta. A inexistência de quadro próprio para realizar essas tarefas inviabiliza soluções alternativas internas, especialmente diante da necessidade de rotinas diárias, frequências pré-definidas e atendimento a ambientes sensíveis (laboratórios, salas de custódia, setores com grande circulação).

2.2 Riscos operacionais decorrentes da não contratação

A ausência de contratação ou a manutenção de quadro insuficiente de pessoal terceirizado representa riscos operacionais concretos, os quais podem comprometer a regularidade do funcionamento institucional. Dentre os riscos mais relevantes, destacam-se:

- **Risco à continuidade do atendimento ao público** – acúmulo de sujidades em áreas de atendimento, recepção e setores administrativos, comprometendo a segurança sanitária e a imagem institucional.
- **Risco à segurança orgânica e institucional** – a higienização deficiente de áreas sensíveis pode gerar contaminações cruzadas, degradação de ambientes, proliferação de pragas e impactos em setores que exigem padrões sanitários elevados.
- **Risco jurídico e trabalhista** – caso a Administração tente suprir lacunas operacionais com deslocamento de servidores ou com improvisações, incorreria em desvio de função e afronta ao art. 3º, II, da Lei nº 14.133/2021 (serviços comuns passíveis de execução objetiva).
- **Risco de interrupções imprevistas nas rotinas finalísticas** – limpeza insuficiente em ambientes de custódia, laboratórios e salas de reuniões pode impedir o funcionamento normal desses espaços, afetando operações policiais, perícias e atividades de inteligência.

2.3 Impacto da mudança de sede e da ampliação da área física

A transição para a nova sede alterou de forma significativa o perfil de demanda dos serviços de limpeza, pois:

- ampliou a metragem total de áreas internas e externas;
- aumentou o número de sanitários, copas e dependências de uso comum;
- expandiu as áreas críticas que exigem frequência superior de higienização (banheiros, corredores de alto fluxo, salas de custódia, áreas técnicas e administrativas);

- elevou o fluxo diário de usuários, servidores e terceirizados, aumentando a necessidade de rotinas mais intensivas e de reposição constante de insumos.

Além disso, ambientes mais amplos e distribuídos geram **maior tempo de deslocamento**, exigindo dimensionamento adequado de postos para evitar ociosidade improdutiva e, ao mesmo tempo, manter a periodicidade adequada de limpeza.

Dessa forma, a mudança de sede não apenas justifica, mas **impõe a readequação** do quantitativo de postos e da modelagem do serviço, de modo a assegurar a higienização contínua, preservando a segurança operacional e a regularidade dos serviços.

2.8. Normativos Legais que fundamentam esta contratação:

- Instrução Normativa SEGES/MGI nº 213, de 29 de maio de 2025;
- Instrução Normativa nº 58/2022-ME;
- Instrução Normativa nº 65/2021-ME;
- Caderno de Logística – Pesquisa de Preços – versão 1.0, março/2024;
- Instrução Normativa nº 05/2017-MPOG;
- Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010;
- Resolução CONAMA nº 20/1994;
- Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos);
- Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos);
- Decreto nº 10.936/2022;
- Decreto nº 9.507/2018;
- Portaria nº 443/2018-MPOG;
- Instrução Normativa SEGES/MGI nº 190/2024;
- Instrução Normativa SEGES/MGI nº 381/2025;
- Instrução Normativa nº 175/2020-DG/PF – Investigação Social;
- Orientação Normativa nº 01/2021 – e-CJU/AGU;
- Portaria nº 21.262, de 23 de setembro de 2020;
- Convenção Coletiva de Trabalho SEAC-SE – 2025.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
FISCON/SELOG/SR/PF/SE	RUI NOBERTO PEREIRA DA SILVA

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Requisitos para serviço continuado

4.1.1. Essencialidade e caráter continuado

4.1.1.1. Os serviços são essenciais ao funcionamento ininterrupto das atividades finalísticas da Polícia Federal. A demanda é permanente, transpassa exercícios financeiros e, se interrompida, compromete a salubridade, a segurança institucional e a continuidade do atendimento ao público.

4.1.1.2. O enquadramento como serviço continuado e a necessidade de planejamento com foco em resultados encontram amparo na IN SEGES /ME nº 58/2022 e na IN nº 05/2017 – SLTI/MPOG.

4.1.1.3. O serviço é comum, com padrões de qualidade e desempenho definidos por especificações usuais de mercado, permitindo julgamento por menor preço.

4.1.2. Regime de dedicação exclusiva de mão de obra

4.1.2.1. A execução ocorrerá em regime de dedicação exclusiva, com empregados lotados nas dependências da contratante, sem compartilhamento com outros contratos, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021.

4.1.3. Jornada, turnos e cobertura operacional

4.1.3.1. Jornada de 40 horas semanais, distribuídas em 8 horas diárias, de segunda a sexta-feira, conforme IN SEGES/MGI nº 190/2024 e nº 381/2025.

4.1.3.2. A adoção dessa carga horária visa conformidade legal, eficiência administrativa e segurança jurídica.

4.1.4. Vedações quanto a menores de 18 anos

4.1.4.1. É vedada a alocação de menores de 18 anos, inclusive como jovem aprendiz, conforme ECA, CLT e diretrizes internas da Polícia Federal.

4.1.5. Medição, desempenho e pagamento por resultado (IMR)

4.1.5.1. O padrão mínimo de qualidade será avaliado por IMR, com indicadores objetivos.

4.1.5.2. O IMR será critério de aceite e pagamento, com gradações e mecanismos de correção, conforme boas práticas do TCU.

4.2. Requisitos temporais — vigência e forma de contratação

4.2.1. Objeto e sistemática

4.2.1.1. O objeto consiste na prestação de serviços contínuos de limpeza, conservação e higienização.

4.2.2. Vigência contratual

4.2.2.1. Vigência inicial de 12 meses, prorrogável por até 10 anos, conforme arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

4.3. Requisitos de qualificação técnica (habilitação)

4.3.1. Capacidade técnico-operacional

4.3.1.1. Certidões ou atestados ou outros documentos (definidos em edital) que comprovem a experiência anterior do licitante na execução de atividades similares ou superiores ao objeto da licitação, em características, quantidades e prazos.

4.3.2. Capacidade técnico-profissional (quando aplicável)

4.3.2.1. Indicação de preposto ou profissional com experiência na gestão de contratos similares, quando aplicável.

4.3.3. Investigação social e credenciamento para acesso

4.3.3.1. Apresentação de documentos conforme IN nº 175/2020 – DG/PF.

4.3.3.1.1. A Administração poderá solicitar documentos adicionais.

4.3.3.1.2. A contratada deverá informar previamente substituições.

4.3.3.1.3. O preposto deverá participar de reuniões presenciais ou virtuais quando convocado.

4.4. Gestão, fiscalização e responsabilidades

4.4.1. Fiscalização contratual

4.4.1.1. Execução acompanhada por fiscais designados, com apoio técnico especializado, conforme art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

4.4.2. Responsabilidade por encargos e exceção para dedicação exclusiva

4.4.2.1. Encargos são de responsabilidade da contratada. A Administração deve adotar controles reforçados para mitigar riscos de responsabilização subsidiária.

4.5. Requisitos complementares de execução

4.5.1. Plano de trabalho e escala.

4.5.2. Substituição e reserva técnica.

4.5.3. Treinamento e fornecimento de EPIs.

4.5.4. Relatórios e evidências.

4.5.5. Gestão de riscos operacionais.

4.6. Conformidade com o ETP (IN nº 58/2022) e com o TCU

4.6.1. O ETP observa os elementos mínimos exigidos pela IN nº 58/2022 e as orientações do TCU.

4.7. Sustentabilidade

4.7.1. Adotar as práticas de sustentabilidade previstas no Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho, instituído pela Resolução nº 310 /2021 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, no que couber, com destaque para o conteúdo do capítulo IV, Critérios e Práticas de Sustentabilidade.

4.8. Requisitos de Subcontratação

4.8.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.8.1.1. Vedada sub-rogação completa ou da parcela principal.

4.8.1.2. Vedada subcontratação de mão de obra.

4.8.1.3. Permitida subcontratação de: Aquisição de peças e materiais; Serviços eventuais.

4.9. Requisitos de Garantia Contratual

4.9.1. Garantia de execução contratual de 5% do valor total, válida durante a execução e por 90 dias após o término, conforme arts. 96 a 102 da Lei nº 14.133/2021.

4.10. Previsão para o início da execução dos serviços

4.10.1. A contratação da equipe deverá ocorrer na data da estipulada na ORDEM DE FORNECIMENTO DE SERVIÇO, garantindo continuidade dos serviços.

4.11. Requisitos legais e fiscais para formação de preços

4.11.1 Observância à CCT/SEAC-SE, regras fiscais, vedação de reserva técnica, IRPJ/CSLL, Simples Nacional, exigência de valores mínimos, RAT /FAP, e critérios de composição da planilha conforme legislação vigente.

4.12. Início da execução do objeto

4.12.1. na data estipulada na ORDEM DE FORNECIMENTO DE SERVIÇO

4.13. Prazo de vigência da contratação

4.13.1. 12 meses, prorrogável por até 10 anos, conforme Lei nº 14.133/2021.

4.14. Reunião inicial e apresentação dos empregados

4.14.1. Após homologação, a empresa vencedora será convocada para reunião inicial e apresentação dos empregados já investigados e qualificados.

5. Levantamento de Mercado

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

5.1. Alternativas usualmente aplicadas nos contratos administrativos para serviços de limpeza e conservação

No âmbito da Administração Pública, a prestação de serviços de limpeza e conservação pode ser estruturada sob diferentes modelos de contratação, a depender da natureza da demanda, da variabilidade do serviço e dos resultados esperados. Entre as alternativas mais frequentemente identificadas no mercado, destacam-se:

a) Contratação por eventos

Modelo baseado na execução de serviços sob demanda, em ocasiões específicas ou em datas previamente definidas. É aplicável quando a necessidade é esporádica ou eventual, como grandes higienizações em situações não rotineiras ou limpeza decorrente de eventos sazonais.

b) Contratação por postos de trabalho

Estrutura-se pelo dimensionamento de mão de obra fixa, considerando quantidade de trabalhadores, jornadas e postos definidos. É usual para demandas contínuas e permanentes, em que se exige presença constante da equipe terceirizada. Permite maior previsibilidade operacional e controle administrativo.

c) Contratação por metragem (área tratada)

Modelo que vincula o escopo contratual à área física a ser limpa, com parâmetros de produtividade (m²/trabalhador) e frequência de execução. É usualmente utilizado quando as rotinas podem ser padronizadas em termos de produtividade e quando os ambientes apresentam características homogêneas.

5.2. Análise de adequação das alternativas e escolha da solução mais apropriada

Após análise das características da demanda da SR/PF/SE, observa-se que o serviço requerido possui natureza **contínua, acessória e instrumental**, integrando as atividades de apoio necessárias ao funcionamento adequado das unidades administrativas da Polícia Federal no Estado de Sergipe.

Dessa forma, considerando:

- a necessidade permanente de asseio, higiene e conservação dos ambientes;
- a impossibilidade de execução satisfatória mediante acionamentos esporádicos, característica dos contratos por eventos;
- a heterogeneidade dos ambientes, que impede a padronização exclusiva por metragem; e
- o fato de que as atividades são de natureza acessória, recomendando-se sua execução indireta, nos termos do art. 4º, §3º, da IN nº 65/2021,

conclui-se que **o modelo mais adequado é a contratação de empresa especializada para prestação de serviços terceirizados continuados, com alocação de mão de obra presencial, na forma de postos de trabalho.**

Esse modelo é o que melhor atende ao interesse público, garantindo:

- **continuidade e regularidade do serviço;**
- **maior controle** quanto à execução e à disponibilidade da equipe;
- **adequação à dinâmica operacional da unidade**, que exige limpeza diária, rotinas padronizadas e intervenções imediatas em situações emergenciais;
- **eficiência administrativa**, ao permitir compatibilidade com rotinas de fiscalização e gestão contratual usuais na Administração Pública.

Pelo exposto, justifica-se como solução mais eficiente, eficaz e aderente ao perfil da demanda, a contratação de **empresa terceirizada especializada na prestação de serviços continuados de limpeza e conservação**, mediante alocação de pessoal devidamente qualificado e fornecimento dos insumos e equipamentos necessários.

5.3. Levantamento de preços e referências de mercado

Definido o modelo de contratação, procede-se ao levantamento de preços dos insumos, serviços e encargos incidentes, visando à construção do **Valor Estimado da Contratação (VEC)**, conforme determina o art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e a IN nº 65/2021.

Para assegurar confiabilidade, transparência e aderência às práticas de mercado, foram utilizados os seguintes **instrumentos de pesquisa de preços**, selecionados à luz do art. 5º da IN nº 65/2021:

- **Convenção Coletiva de Trabalho do SEEAC/SE 2025**, para definição dos salários-base e demais direitos trabalhistas aplicáveis aos trabalhadores da categoria;
- **Planilha de Preços e Formação de Custos**, elaborada conforme metodologia prevista na IN nº 05/2017 (ainda utilizada como referência técnica para cálculo de custos de terceirização) e adaptada às diretrizes da IN nº 65/2021, contemplando:
 - custos diretos com mão de obra;
 - encargos sociais e previdenciários;
 - custos indiretos;
 - materiais, insumos e equipamentos;
 - tributos;
 - margem de administração e lucro;
- **Pesquisa de preços de insumos**, realizada junto ao mercado local e nacional, contemplando fornecedores de produtos de limpeza, consumíveis, EPIs e demais materiais necessários à adequada execução do serviço.

Tais elementos permitem a formação de um valor estimado tecnicamente fundamentado, refletindo as condições vigentes no mercado de prestação de serviços de limpeza e conservação e garantindo a economicidade e a eficiência da contratação.

6. Descrição da solução como um todo

6.1 Os serviços a serem contratados são de natureza continuada de limpeza e conservação, com dedicação exclusiva de mão de obra, **enquadram-se na classificação de serviços comuns** devido ao fato de o objeto ser comumente contratado por demais Órgãos Públicos e empresas privadas, seus requisitos serem comuns e a demanda ser amplamente conhecida pelo mercado.

6.2. A solução será a contratação de pessoa jurídica especializada na prestação continuada de serviços de limpeza e conservação, incluindo o fornecimento de uniformes, EPIs, ferramentas e Equipamentos, bem como insumos aplicados aos serviços de limpeza.

6.4. Tendo em vista a contratação apenas dos serviços de limpeza e a necessidade permanente da Administração, o parcelamento da solução não será adotado.

- Não haverá necessidade de adequação do ambiente de trabalho.
- Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor contratual, conforme regras previstas no contrato.
- A garantia nas modalidades caução e fiança bancária deverá ser prestada em até 10 dias úteis dias após a assinatura do contrato.

6.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

Por tratar-se de serviço que não pode sofrer solução de continuidade, a empresa contratada deve estar em plenas condições de iniciar a prestação do serviço na forma prevista no contrato.

A prestação de serviços objeto deste processo, tendo em vista a descrição do Código Brasileiro de Ocupações (CBO) e necessidades da Contratante, será executada por meio das seguintes tarefas básicas:

OCUPAÇÃO	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS
Servente de Limpeza CBO 5143-20	<p>Descrição Sumária Executam serviços de manutenção elétrica, mecânica, hidráulica, carpintaria e alvenaria, substituindo, trocando, limpando, reparando e instalando peças, componentes e equipamentos. conservam vidros e fachadas, limpam recintos e acessórios e tratam de piscinas. trabalham seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente.</p> <p>Formação e Experiência Para o exercício das ocupações requer-se ensino fundamental completo ou prática profissional no posto de trabalho. a(s) ocupação(ões) elencada(s) nesta família ocupacional demanda formação profissional para efeitos do cálculo do número de aprendizes a serem contratados pelos estabelecimentos, nos termos do artigo 429da consolidação das leis do trabalho - clt, exceto os casos previstos no art. 10 do decreto 5.598/2005.</p> <p>Condições Gerais de Exercício Trabalham em companhias e órgãos de limpeza pública, em condomínios de edifícios, em empresas comerciais e industriais, como assalariados e com carteira assinada; as atividades são realizadas em recintos fechados ou a céu aberto. trabalham individualmente ou em equipe, com ou sem supervisão permanente. o horário de trabalho é variado, ou em regime de rodízio de turnos. algumas das atividades podem ser exercidas em grandes alturas, ou em posições desconfortáveis por longos períodos, com exposição a ruído intenso e a poluição.</p>

6.5. A prestação dos serviços objeto deste processo será realizada em conformidade com a descrição da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) e as necessidades da Administração, contemplando as rotinas e tarefas básicas, que serão detalhas em anexo ao ETP.

Dimensionamento dos Postos de Trabalho

A estimativa de pessoal para a presente contratação totaliza **07 (sete) postos de trabalho**, dimensionados com base no histórico do Contrato n.º 07/2024-SR/PF/SE (Vigente/Anterior) e na análise das necessidades atuais das Unidades da Polícia Federal em Sergipe. O quantitativo foi distribuído conforme as especificidades de carga horária e condições de exposição a riscos, detalhados abaixo:

- **05 (cinco) postos** de 40 horas semanais, com incidência de adicional de periculosidade;
- **01 (um) posto** de 30 horas semanais, com incidência de adicional de periculosidade;
- **01 (um) posto** de 30 horas semanais, sem incidência de adicional de periculosidade.

O dimensionamento levou em consideração a tipologia das áreas, a metragem total a ser conservada e a produtividade estimada para cada ambiente, garantindo a manutenção do padrão de asseio necessário às atividades administrativas e operacionais da Superintendência.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7. Justificativa para os quantitativos de postos de trabalho

7.1. Definição das áreas que serão objeto do serviço

Atualmente a Polícia Federal possui servidores atuando nos seguintes locais:

- Sede principal - Av. Chanceler Osvaldo Aranha, n. 1.119 - Bairro Novo Paraíso - Aracaju/SE;
- Área de Polícia Administrativa (Passaportes) - Shopping RioMar - Aracaju/SE;
- Grupo de Policiamento Aeroportuário - Aeroporto Santa Maria - Aracaju/SE;
- Grupo de Policiamento Marítimo - Terminal Marítimo Inácio Barbosa - Barra dos Coqueiros/SE.

O quantitativo de profissionais previsto neste Termo de Referência é aquele que, a partir de análise empreendida pela FISCON/SELOG/SR/PF/SE, a partir dos subsídios de outras áreas e dos usuários dos serviços de limpeza e conservação, reflete a necessidade da Administração, tendo como referencial os parâmetros estabelecidos no item 2 do Anexo VI-B da Instrução Normativa MPDG nº 5, de 2017.

Vale destacar que, anteriormente, alinhado às boas práticas da Administração Federal, as contratações da Superintendência Regional da Polícia Federal em Sergipe, referentes ao serviço de limpeza foram planejadas a partir das balizas contidas na então Instrução Normativa MPOG nº 2, de 2008, principalmente quanto ao dimensionamento de pessoal, referenciada em parâmetros de produtividade. Segundo a mesma premissa da IN nº 2/2008, a IN nº 5/2017 promoveu um aperfeiçoamento dos parâmetros de produtividade, passando a incluir os banheiros como mais um ambiente relevante a ser considerado no dimensionamento de mão de obra necessária. A IN nº 2/2008 não fazia referência específica aos banheiros, o que, de certa forma, acarretava um viesamento dos resultados, uma vez que não se considerava a especificidade do ambiente e nem o fluxo de pessoas naquela área específica.

Cada posto de trabalho será ocupado por um único empregado. Não haverá possibilidade de que um empregado ocupe mais de um posto de trabalho. O quantitativo de postos de trabalho deverá ser o mesmo que o número de empregados contratados.

ITEM	POSTO	LOCALIDADE DE TRABALHO	TIPO DE ÁREA	ÁREA (m²)	PRODUTIVIDADE (m²)	QUANTIDADE DE TRABALHADORES TIPO DE ÁREA	QUANTIDADE DE TRABALHADORES CÁLCULO
1	Agente de Limpeza	Superintendência Regional de Polícia Federal em Sergipe SR/PF/SE	ÁREA INTERNA	3.706,85	1800 1200	2,059	6,46
			ÁREA EXTERNA	7.826,19	2700	2,898	
			ESQUADRIAS	571,48	380	1,50	
2	Agente de Limpeza	Sede da Polícia Administrativa da Polícia Federal em Sergipe SR/PF/SE	ÁREA INTERNA	383,36	800	0,41045	0,43
			ÁREA EXTERNA	----	---	---	
			ESQUADRIAS	5,80	300	0,01933	
3	Agente de Limpeza	Terminal Marítimo Inácio Barbosa (Porto de Sergipe/Barra dos Coqueiros)	ÁREA INTERNA	79,16	1200	0,065	0,53
			ÁREA EXTERNA	741,31	2700	0,275	
			BANHEIRO E COPA	13,52	300	0,148	
			ESQUADRIAS	44,50	300	0,045	
						TOTAL	7,42

7.3. Considerando cada posto de trabalho será ocupado por um único empregado e não haverá possibilidade de que um empregado ocupe mais de um posto de trabalho, e para que não haja uma prestação de serviço precária em cada unidade da Polícia Federal em Sergipe, foi definido a seguinte quantidade de postos com base na memória de cálculo acima apresentada:

ITEM	LOCAL DO POSTO	QUANTIDADE
01	Superintendência Regional de Polícia Federal em Sergipe SR/PF/SE	5
02	Sede da Polícia Administrativa da Polícia Federal em Sergipe SR/PF/SE	1
03	Terminal Marítimo Inácio Barbosa (Porto de Sergipe /Barra dos Coqueiros)	1

7.4. Os preços estimados dos insumos, dos utensílios duráveis, equipamentos e uniformes foram tomados com pesquisas de mercado em sítios de domínio amplo e por meio de pesquisas a fornecedores, tudo anexados ao processo. A Administração consultou preços individuais dos insumos em quantidades pequenas.

GRUPO 01					
item	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL
1	Superintendência Regional de Polícia Federal em Sergipe SR/PF/SE	MÊS	12	R\$ 27.486,29	R\$ 329.835,46
2	Sede da Polícia Administrativa da Polícia Federal em Sergipe SR/PF/SE	MÊS	12	R\$ 3.036,45	R\$ 36.437,40
3	Terminal Marítimo Inácio Barbosa (Porto de Sergipe /Barra dos Coqueiros)	MÊS	12	R\$ 3.701,40	R\$ 18.937,18
	TOTAL				R\$ 410.689,60

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 410.689,60

8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

8.1. O valor estimado do futuro contrato é de R\$ 410.689,60

As explicações para o aumento são: acréscimo de dois postos de auxiliar de limpeza com todos os seus insumos, aumento dos materiais de limpeza corrigindo deficiências identificadas, além da atualização dos equipamentos e utensílios, bem como dos seus valores. Soma-se a isso, que a área da nova Sede Provisória da Superintendência Regional da Policia Federal em Sergipe sofrerá um aumento de aproximadamente 40%.

GRUPO 01					
item	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL
1	Superintendência Regional de Polícia Federal em Sergipe SR/PF/SE	MÊS	12	R\$ 27.486,29	R\$ 329.835,46
2	Sede da Polícia Administrativa da Polícia Federal em Sergipe SR/PF/SE	MÊS	12	R\$ 3.036,45	R\$ 36.437,40
3	Terminal Marítimo Inácio Barbosa (Porto de Sergipe /Barra dos Coqueiros)	MÊS	12	R\$ 3.701,40	R\$ 18.937,18
	TOTAL				R\$ 410.689,60

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Nos termos do art. 47, II, b, da Lei nº 14.133/2021, as licitações de serviços atenderão ao princípio do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso para a Administração. Nesse caso, entende-se que a Administração deve sempre avaliar a possibilidade de parcelamento do objeto e, não sendo tecnicamente viável e economicamente vantajoso, a administração pode evitar o parcelamento, desde que a decisão seja devidamente motivada

9.2. Nesse sentido, após análise técnica e considerando as características do serviço a ser contratado, optou-se pela não adoção do parcelamento, com base nos seguintes fundamentos:

9.2.1. Facilidade na gestão do contrato e otimização da fiscalização: a contratação de uma única empresa simplificará a gestão contratual, reduzindo a necessidade de múltiplos acompanhamentos e interfaces com diferentes fornecedores.

9.2.2. Inviabilidade de itens por localidade: a contratação pretendida trata-se apenas do serviço de limpeza, conservação e higiene, Trata-se de continuidade de um mesmo serviço que deve ser prestado ininterruptamente.

9.2.3. A maioria dos postos a serem contratados estarão na sede principal da SR/PF/SE, de modo que o parcelamento com postos individualizados fora da sede da SR/PF/SE tornaria a licitação menos atrativa para o mercado e influenciaria diretamente na perda da economia de escala.

9.3. Isto posto, nota-se que o parcelamento por postos têm o potencial maior de trazer riscos à gestão do contrato, ocasionando centralização de responsabilidades e insegurança de continuidade.

9.4. O agrupamento em um único lote, por outro lado, possibilitará economia de escala e aumento da concorrência, uma vez que a possibilidade de contrato com um valor mais significativo torna o processo licitatório mais atraente para as empresas do segmento.

9.5. Assim, pela importância do serviço e pelos riscos potenciais expostos, o **parcelamento da solução não será adotado**

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. A contratação pretendida se trata de serviço de terceirização de mão de obra, não havendo contratações correlatas, uma vez que a contratação não se interliga com outra prestação de serviços. Também não haverá contratações interdependentes, uma vez que não há nenhum outro objeto que precise ser contratado para que haja a completa prestação dos serviços pretendidos.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11. DEMONSTRATIVO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

11.1. Este tipo de contratação está alinhado com plano estratégico da Polícia Federal na otimização do emprego dos bens e recursos materiais, na Ação Estratégica 9.7., conferindo efetividade no emprego dos recursos, além de estar alinhado também com o Plano Diretor de Logística Sustentável do órgão. O serviço de limpeza está contemplado no PCA/2026/SRPF/SE

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. O serviço de limpeza e conservação, pela sua essencialidade, visa a atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando o funcionamento das atividades meios e finalísticas do órgão, de modo que sua interrupção compromete a prestação de um serviço público e o cumprimento da missão institucional.

12.2. Com a contratação se pretende que não haja interrupção na prestação dos serviços de limpeza, o que prejudicaria o serviço em todos os setores da Superintendência e suas unidades descentralizadas.

12.3. Em termos de economicidade foi adotada a limpeza por metro quadrado, considerando a frequência de limpeza e a produtividade máxima para se estimar o quantitativo de postos a ser disponibilizados .

12.4. O quantitativo dos insumos foi estimado levando-se em conta o uso nos anos anteriores, sendo precificado cada item através de pelo menos 03 pesquisas em licitações recentes disponíveis nos painel de preços do Governo Federal, disponível no sítio: www.compras.gov.br. em conformidade com o §1º do art. 23 da Lei nº 14.133/2021, com o disposto na Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021-ME e com o Caderno de Logística - Pesquisa de Preços - versão março 2024.

13. Providências a serem Adotadas

13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO

13.1. A Administração tomará as seguintes providências previamente ao contrato:

- Definições dos servidores que farão parte da equipe de fiscalização e gestão contratual;
- Capacitação dos fiscais e gestores a respeito do tema objeto da contratação;
- Definições dos locais onde serão disponibilizados os postos de serviços;
- Definição de planos de trabalho com vistas à boa execução contratual;
- Acompanhamento rigoroso das ações previstas nos projetos apresentados para a realização das adequações e melhorias no objeto a ser contratado.
- Não haverá necessidade de adequação do ambiente laboral.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14. Identificação dos Possíveis Impactos Ambientais e Medidas Mitigadoras

A contratação dos serviços contínuos de limpeza, conservação e higienização nas dependências da SR/PF/SE envolve atividades que, pela sua natureza, podem produzir impactos ambientais relevantes, especialmente no que se refere ao consumo de recursos naturais, à geração de resíduos, ao uso de produtos químicos e ao manejo de efluentes.

À luz das diretrizes constantes do **Plano Diretor de Logística Sustentável – PLS (versão 2024)**, tais impactos devem ser previamente identificados e mitigados mediante a adoção de práticas e critérios ambientalmente responsáveis, integrando-se ao ciclo de vida do objeto contratual e às estratégias de governança das contratações públicas.

14.1. Impactos ambientais potenciais associados ao objeto

14.1.1. Consumo excessivo de água e energia

As atividades de limpeza demandam uso frequente de água, operação de equipamentos elétricos e iluminação suplementar, podendo resultar em desperdício e aumento da pegada ambiental. O PLS classifica o uso racional de recursos como prioridade, indicando que o órgão deve adotar medidas para reduzir desperdícios e otimizar suas rotinas de consumo.

14.1.2. Geração de resíduos sólidos

A contratação envolve utilização contínua de produtos de limpeza, embalagens, panos, bobinas, papel toalha e demais descartáveis. Sem medidas adequadas, isso tende a aumentar o volume de resíduos destinados a aterros, contrariando diretrizes do PLS sobre gestão eficiente de resíduos e promoção da economia circular.

14.1.3. Riscos decorrentes do uso de produtos químicos

Detergentes, desinfetantes, desengordurantes e sanificantes podem conter substâncias com potencial de toxicidade e impacto ambiental negativo, especialmente quando descartados sem controle ou utilizados em quantidade superior à necessária. O PLS determina que as contratações considerem impactos ao longo do ciclo de vida dos insumos, incluindo riscos sanitários e ambientais resultantes de sua utilização e descarte adequado.

1.4. Emissão indireta de gases de efeito estufa (GEE)

O transporte de insumos, deslocamento de equipes e utilização de equipamentos têm potencial de contribuir para emissões indiretas de GEE, conforme reconhecido pelo PLS ao tratar de ações de mitigação climática e racionalização logística. [plano_dire..._ver1_2024 | PDF]

14.1.5. Manejo incorreto de resíduos recicláveis e rejeitos

A ausência de segregação adequada pode resultar na perda de materiais recicláveis, descumprimento de normas ambientais e aumento do impacto ambiental. O PLS estabelece que os órgãos devem estruturar práticas de descarte responsável e incentivar programas de coleta seletiva e logística reversa, inclusive mediante exigências contratuais específicas.

14.2. Medidas mitigadoras associadas aos impactos identificados

As medidas de mitigação a seguir decorrem das diretrizes expressas nos eixos temáticos do PLS, especialmente **“Promoção da racionalização e consumo consciente”**, **“Identificação de objetos de menor impacto ambiental”** e **“Gestão de resíduos”**.

14.2.1. Uso eficiente de água e energia

- Adoção de rotinas que privilegiem métodos de limpeza a seco ou úmido controlado, reduzindo o consumo de água.
- Capacitação das equipes terceirizadas quanto ao uso racional dos recursos, conforme práticas previstas no PLS.
- Preferência por equipamentos elétricos com maior eficiência energética e menor consumo operacional.
- Desligamento de luzes e equipamentos durante pausas e intervalos.

14.2.2. Gestão adequada dos resíduos sólidos

- Obrigatoriedade de segregação de resíduos recicláveis, rejeitos e resíduos perigosos, com disposição conforme as diretrizes internas do órgão e da Política Nacional de Resíduos Sólidos.
- Previsão contratual de comprovação da destinação ambientalmente adequada, incluindo notas de recebimento ou certificados quando aplicável.
- Redução de embalagens e priorização de insumos concentrados ou de maior rendimento, conforme orientações do PLS.

14.2.3. Utilização de insumos de menor impacto ambiental

- Preferência por produtos biodegradáveis, hipoalergênicos e com rotulagem ambiental, conforme categorias previstas no PLS (menor impacto ao longo do ciclo de vida).
- Exigência de Fichas de Informação de Segurança de Produtos Químicos (FISPQ) e cumprimento das especificações da ANVISA.
- Vedação ao uso de substâncias proibidas ou de elevada toxicidade ambiental, alinhando o contrato às boas práticas previstas no PLS.

14.2.4. Minimização de emissões atmosféricas indiretas

- Incentivo ao planejamento de entregas para reduzir deslocamentos repetidos.
- Utilização, quando tecnicamente possível, de fornecedores locais para diminuir emissões associadas ao transporte de insumos.
- Avaliação da logística interna e possibilidade de racionalização de rotas.

14.2.5. Capacitação e conscientização ambiental

- Treinamento inicial e periódico da equipe de limpeza sobre boas práticas ambientais, descarte correto de resíduos, uso racional de insumos e procedimentos de emergência.
- Divulgação interna de orientações e campanhas previstas no eixo “Conscientização e capacitação” do PLS.

A incorporação obrigatória dessas medidas assegura que a contratação esteja alinhada aos objetivos estratégicos da Administração Pública Federal e contribua, de forma efetiva, para o desenvolvimento nacional sustentável previsto na Lei nº 14.133/2021 e nos instrumentos de governança institucional.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

As necessidades da administração podem ser atendidas pelas empresas que atuam no mercado. O preço por área obtido na planilha de custos está dentro dos limites mínimos e máximos para as respectivas produtividades conforme definido pela Secretaria de Gestão.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

RUI NOBERTO PEREIRA DA SILVA

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 16/06/2026 às 13:42:41.

FERNANDO FERNANDES DE LIMA

Equipe de apoio